

Improvisações, novos paradigmas de planejamento e o próximo decênio

Por **Robson Rodrigues Arantes** *

A Unesp, sob a batuta da Comissão Permanente de Gestão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), promoveu, no dia 11 de agosto, o 1º Ciclo de Debates “A Universidade Pública Brasileira no próximo decênio”, no campus da Barra Funda, em São Paulo.

Pelo que foi divulgado, esse evento é o primeiro de uma série de três que deverão ocorrer até 2012 e está relacionado ao PDI, que, conforme está consignado na sua apresentação, “não só aponta alternativas para esses desafios, mas também a Missão, os Princípios e a Visão de Futuro da Unesp”.

Importante registrar que o PDI, por suas dimensões e no que concerne ao planejamento, às finanças e à infraestrutura, prevê dentre outros objetivos: “II. aperfeiçoar a política de recursos humanos para garantir a alta qualidade das atividades-meio e fim” e, “III. assegurar infraestrutura necessária às atividades da Unesp”.

Na sequência, no campo das ações, encontramos: “9. aperfeiçoar políticas para qualificação dos servidores, segurança no trabalho e saúde ocupacional”, e, “17. melhorar continuamente a infraestrutura para as atividades acadêmico-administrativas e de apoio a ensino, pesquisa e extensão universitária”.

Ao percorrer os objetivos da dimensão “gestão e avaliação acadêmico-administrativa”, destacamos o objetivo primeiro: “fortalecer o papel dos colegiados centrais e locais como formuladores de políticas com vistas à adequação das estruturas acadêmicas e administrativas”.

Continuando as incursões no terreno das ações, destacamos: “4. realizar Assembleia Universitária para discussão e deliberação sobre possíveis mudanças acadêmico-administrativas e estatutárias”, e “30. democratizar a gestão e ampliar a participação dos três segmentos nos processos decisórios”

A propósito de “participação”, os segmentos discente e técnico-administrativo não foram convidados para participar do 1º Ciclo de Debates “A Universidade Pública Brasileira no próximo decênio”.

Por conta da ausência notada, cabe indagar: Será que a universidade do futuro não terá alunos nem, tampouco, servidores técnicos e administrativos?

Feitos os registros e para que ocorram progressos, é preciso caminhar das dimensões para ações e dessas para a real concretização daquilo que foi planejado.

Nesse sentido, perguntamos: É possível mudar o padrão de qualidade da Universidade, com a consequente evolução da posição da Unesp no ranking das universidades, sem enfrentar questões que estão situadas na base da instituição?

O envolvimento dos segmentos que compõem a Universidade será bastante para a consecução e êxito de projetos de desenvolvimento?

Com o título “Um novo paradigma de planejamento”, a edição nº 256 do *Jornal da Unesp*, de junho/2010, traz uma ampla matéria que tenta refletir o momento atual da universidade que, pelo que consta, contará com recursos de R\$ 28 milhões em 2010, além de informação transparente para iniciar a implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, que delineia os desafios e as ações da Unesp nos próximos dez anos.

Nesse contexto, ao ler as falas, especialmente a do vice-reitor, encontramos a “tese” de que a implementação do PDI irá reduzir improvisações. Diz a autoridade: “...embora muitas instituições universitárias tenham planos de gestão, a grande maioria não os coloca em execução”. Prosseguindo em sua exposição, decreta: “Para que as mudanças ocorram, é necessária a participação e a colaboração de toda a Unesp...”.

Das falas registradas na edição nº 256, destacamos a do assessor-chefe de Planejamento Estratégico e membro da comissão do PDI, Rogério Buccelli, que acrescenta que algumas Unidades da Unesp – como o Instituto de Biociências, em Botucatu, e o campus de Sorocaba – também criaram planos de gestão locais.

Corroborando, eis a fala do professor Antônio César Germano Martins, coordenador executivo do campus de Sorocaba, que afirma: “Com o PDI, a administração central da Universidade ganhou agilidade na implantação de ações. Também precisamos ter essa agilidade aqui e, nesse sentido, nosso plano organiza sobremaneira a unidade”.

Sobre improvisações!

O reitor da Unesp (1997-2000) explicita, em seu relatório de gestão, que “a figura das Unidades Complementares na Unesp surgiu a partir da elaboração de seu segundo Estatuto, que entrou em vigor no início de 1989 (Decreto nº 29.720, de 3/3/1989). Definidas de forma muito geral e na falta de uma regulamentação específica por parte dos Conselhos Centrais que orientasse a sua criação, organização e funcionamento, além de estabelecer os devidos graus de subordinação hierárquica, as Unidades Complementares foram se tornando, ao longo do tempo, uma questão mal resolvida e polêmica dentro da estrutura organizacional da Universidade”.

Não obstante, em 2003, no contexto da política de expansão de vagas e por pressão política externa, a Unesp colocou em funcionamento as unidades diferenciadas de Dracena, Itapeva, Registro, Rosana, Sorocaba e Tupã, hoje campi experimentais.

Esses campi, em que pesem alguns ajustes, estão a funcionar de maneira improvisada, faz sete anos. Logo, carecem de estrutura organizacional.

Reforçando a linha traçada no sentido da improvisação ou, se preferirem, da experimentação, eis que surgem, como resultado de ação mal calculada e à luz do Despacho nº 63/09-CADE/SG, as denominadas áreas. Essas, como resultado também de “uma questão mal resolvida e polêmica”, só estão servindo para piorar o grau de improvisação, uma vez que, do ponto de vista da gestão, em nada contribuíram para dar agilidade aos procedimentos do cotidiano. Por certo, os “responsáveis” pelas áreas, pela falta de definição de atribuições, pela ausência de atos descentralizadores e, por consequência, por falta de autonomia, seguem atuando no dia a dia como meros executores.

Olhando pelo lado da porta de saída, vale perguntar se um engenheiro formado em um campus experimental, ao contrário daquele formado em uma unidade “consolidada”, recebe um diploma com a chancela de “engenheiro experimental”? Obviamente que a resposta é não.

Na seara da improvisação dos campi experimentais, com forte atuação, estão também os conselhos de cursos de graduação. Esses colegiados, pela “dinâmica” do cotidiano e pelas demandas internas e externas, abarcam tudo aquilo que, em uma unidade não experimental, ocorre no âmbito do departamento de ensino.

Ainda que possam ser entendidas como complementares, as atribuições dos conselhos de cursos de graduação e dos departamentos de ensino são distintas. As atividades administrativas prevalecem nos departamentos, enquanto os conselhos de curso cuidam mais diretamente da rotina dos cursos.

Ocorre que a demanda que, em um campus dito consolidado, é atendida nos departamentos e nos conselhos de curso, no campus experimental, dada a improvisação/experimentação, fica toda sob a responsabilidade do conselho de curso.

Portanto, cabe ao conselho, que, obviamente não é unidade administrativa, dar vazão a tudo que é necessário para fazer funcionar um curso de graduação.

Sem improvisação?!

Não temos a pretensão de sugerir receitas, muitos menos caminhos para a mudança do atual cenário. Sabemos que não existe mágica. Sabemos também – se é que sabemos alguma coisa – que é importante perseguir novos paradigmas e diminuir improvisações; é urgente atuar visando à inserção dos campi experimentais no contexto da Unesp dita consolidada. Nesse sentido, alguns caminhos elencados no PDI podem ser o norte.

Agora, se é certo que são necessárias ações para diminuir improvisações, é igualmente certo que, para que ocorra envolvimento expressivo e qualificado, é preciso que, com vontade política, a Universidade implemente efetivamente um plano de carreira, de modo a valorizar o desempenho dos servidores técnico-administrativos.

No que toca ao segmento técnico-administrativo, não há que se falar na existência de um plano de carreira, cuja história, salvo equívoco, teve início no último quadriênio da década de 1980, uma vez que a sua aplicabilidade sempre ficou a depender do “humor” do reitor de turno. A propósito, vale perguntar onde foram parar os institutos da promoção, da progressão e do acesso, previstos nas Resoluções nº 30 e 33/87?

O acesso, hoje rebatizado como mobilidade funcional, foi suspenso por uma só canetada, faz uns oito anos e, somente agora, está sendo tirado da gaveta.

A promoção, enquanto possibilidade de melhoria para o segmento técnico-administrativo, reforça o sentimento de que o plano de carreira, por tudo que já vimos, é aplicado ao sabor do estado de espírito do reitor de plantão.

Nesse sentido, basta lembrar o tratamento dispensado aos servidores que foram promovidos em 2004. Os agraciados só viram a cor do dinheiro no final de 2007. Obviamente que o pagamento não foi retroativo. Logo, houve calote explícito.

Portanto, é mais que urgente que a Unesp, por suas autoridades/instâncias, com vontade política, implemente ações efetivas de valorização de recursos humanos, dando real importância à carreira do segmento técnico-administrativo, para que este, a exemplo do segmento docente, possa ter retribuição salarial que garanta a necessária permanência de quadros qualificados na Universidade.

Igualmente, passa por vontade política a decisão de discutir a relação de poder e a democracia na Unesp que, embora possamos visualizar a presença dos representantes dos segmentos nos colegiados, está longe de ser uma Universidade democrática. Logo, é imperioso e urgente “rediscutir a representação paritária nas instâncias deliberativas e em eleições da Universidade”, bem como “realizar assembleia universitária para discussão e deliberação sobre possíveis mudanças acadêmico-administrativas e estatutárias.”

Pelo que se vê, os desafios, os princípios, a missão e as dimensões estão postas. Por tudo isso, fica uma pergunta: haverá capacidade persuasiva para mobilizar a comunidade universitária para o engajamento visando às trajetórias a serem percorridas no próximo decênio?

*** Robson Rodrigues Arantes** é Assistente Administrativo no Campus Experimental de Sorocaba e representante do segmento técnico-administrativo no Conselho Universitário da Unesp